

GÊNERO E TRABALHO EM FÁBRICAS DE TECIDOS:

o Caso da Companhia de Fiação e Tecidos Aliança

ISABELLE CRISTINA DA SILVA PIRES*

RESUMO

A presente argumentação procura analisar as condições do trabalho feminino em fábricas de tecidos no início do século XX. Assim como, elaborar um estudo de caso na Companhia de Fiação e Tecidos Aliança para discutir as relações de gênero presentes tanto na experiência do trabalho em tal fábrica quanto na esfera privada, nos momentos de lazer dos (as) operários (as) no interior desse complexo industrial. Refletirei acerca das conflitantes relações e as noções de masculinidades existentes na definição das hierarquias dentro do trabalho fabril têxtil. Nesse sentido, buscarei destacar como as operárias dialogaram com essa lógica e como se utilizaram em benefício próprio dessas noções. Procurarei destacar as formas de repressão executadas pelo industrial da Fábrica Aliança, mas também os meios de resistência implementados pelos (as) trabalhadores (as) dessa companhia.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Fábrica de Tecidos; Resistência.

ABSTRACT

This argument seeks to analyze the conditions of women's work in textile factory at the beginning of the century XX. As well as discuss gender relations present on the labor experience in factory of textiles Aliança and in the private sphere, the leisure time of workers inside this industrial complex. I'll reflect about conflicting relations and notions of masculinity exist in defining the hierarchies within the textile factory. In this sense, I'll seek to highlight how the women workers dealt with this logic and how they used their advantage of these notions. I'll contrast forms of repression implemented by the employer of factory Aliança, but also the forms of resistance implemented by workers this company.

Keywords: Gender Relations; Textile Factory; Resistance.

* Mestranda em História, Política e Bens Culturais no Programa de Pós-graduação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).
E-mail: isabellecpires@gmail.com

Trabalho Feminino em Fábricas de Tecidos no Início do Século XX

Nesta argumentação, procuro abordar as relações de gênero presentes no trabalho nas fábricas de tecidos na primeira década do século XX e, sobretudo, na Companhia de Fiação e Tecidos Aliança. Destaco a interpretação de Michelle Perrot para a análise dessa categoria de estudo, para analisar as relações de gênero aqui como uma construção sociocultural, oriunda das “relações sociais desenvolvidas no tempo e que se pode, conseqüentemente, desconstruir”¹. De acordo com a autora, ao enveredarmos por esse caminho, torna-se possível questionar “a evolução das relações entre os sexos, ao longo da história, em todos os níveis da teoria e da prática, das maneiras de pensar, de dizer...”². Com isso, abre-se a oportunidade para refletir em termos de fronteiras, de conflitos e de concessões, de poderes e de contrapoderes. Estas abordagens apresentam-se como possíveis caminhos “para estudar as relações dos homens e das mulheres nos sistemas históricos de poderes”³.

“As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram ‘profissões’”⁴. É partindo dessa afirmação de Michelle Perrot que gostaria de começar a refletir acerca do trabalho feminino nas fábricas de tecidos na primeira década do século XX. Utilizo como fontes para essa pesquisa, os jornais operários: *Gazeta Operaria* (1902/1903), *Brazil Operario* (1903) e *A Voz do Trabalhador* (1908) e os periódicos burgueses, *O Paiz* (1906/1908) e *Correio da Manhã* (1909). Nesta primeira etapa, destaco casos ocorridos na Capital Federal e um, em São Paulo.

De modo geral, o operariado fabril era oriundo dos segmentos mais pobres da população urbana. Num primeiro momento, essa mão-de-obra era composta majoritariamente por homens, escravizados e livres. Contudo, com o desenvolvimento da indústria manufatureira e com o aumento da demanda por trabalhadores fabris, passou-se a contratar mulheres e crianças.

Perrot expõe importantes reflexões para o entendimento do trabalho feminino. Segundo a autora, o trabalho das mulheres obedecia a padrões específicos: 1- apresentava-se como um trabalho intermitente, fazendo-se necessário por condições econômicas precárias e com o intuito de ajudar a família; 2- recebia baixa remuneração, por ser considerado um trabalho para a complementação da renda familiar, não se equivalia ao salário do homem que tinha como objetivo prover a família; 3- era pretensamente não qualificado, as mulheres exerciam as funções com menos especialização e que se adequavam às suas “qualidades femininas”⁵.

Na Fábrica de Tecidos Cruzeiro, por exemplo, a mão de obra feminina era geralmente designada às seções de trabalho leve, semiqualficado ou que não exigia qualificação, como as seções de trama e bordado, nas quais a força de trabalho feminina excedia os 90%. Seu trabalho se desenvolvia, sobretudo, na seção complementar à produção e em funções ligadas à assistência, como a escola, a farmácia e a creche. Exceto no caso da área de tecelagem, que era o centro da produção e exigia qualificação⁶.

A noção de trabalho feminino estava relacionada à ideia de “espaço” das mulheres. Os gestos do trabalho eram resultados de exigências técnicas e códigos de disciplina. As profissões que se utilizaram da mão-de-obra feminina buscavam usufruir de suas qualidades

1 PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 264.

2 *Ibidem*.

3 *Ibidem*.

4 *Idem*, p.251.

5 *Idem*, p.248-252.

6 WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878-1930*. Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986. p.216-221.

“inatas”, físicas e morais, tais como, a flexibilidade do corpo, agilidade dos dedos e até mesmo o comportamento passivo que determinavam que a trabalhadora agiria com doçura e ordem⁷.

Perrot defende que qualificações que interessavam para a execução de determinadas atividades eram revestidas como “qualidades naturais” femininas. Nesse sentido, para a autora a chamada “profissão de mulher” é uma construção oriunda da relação de gêneros. Estas qualidades eram, num primeiro momento, empregadas às mulheres na esfera doméstica, geradoras de serviços mais do que de mercadorias⁸, no entanto, quando foram inseridas no “trabalho produtivo” essas “qualidades naturais” apresentaram-se como úteis para a execução das atividades e para o bem-estar do ambiente.

Maria Sílvia Bassanezi ressalta que imigrantes de diversas nacionalidades formaram “a grande maioria das operárias das primeiras fábricas, principalmente da indústria têxtil paulista e do sul do país”⁹ (em menor quantidade, mas também no Rio de Janeiro). Estas exerceram as funções menos qualificadas, enfrentaram longas jornadas de trabalho e receberam, em geral, salários mais baixos que os dos operários homens adultos. Como analisarei mais detalhadamente no decorrer da pesquisa, as mulheres, assim como os homens, atuantes no trabalho fabril, estiveram sujeitos a abusos de poder por parte dos patrões, mestres e contramestres.

A respeito do trabalho fabril feminino, Maria Izilda Matos e Andrea Borelli destacam que na fiação e tecelagem (algodão, seda, juta e lã), as mulheres e as meninas chegavam a representar, aproximadamente, 70% da mão-de-obra empregada¹⁰. A preferência por admitir mulheres em determinados setores era oriunda da ideia já exposta por Michelle Perrot de que o sexo feminino possuía delicadeza necessária para lidar com certos produtos, submissão, paciência e cuidado, características importantes no trabalho fabril, ainda muito manual.

No entanto, como mostra Perrot, as mulheres desvalorizavam social e financeiramente as funções que passavam a exercer. Os setores em que elas entravam eram progressivamente deixados pelos homens que iam em busca de espaços masculinos intactos. Nesse sentido, “a feminização não é necessariamente uma conquista triunfante, mas a consagração de uma retirada”¹¹.

Matos e Borelli também defendem essa ideia e afirmam que as atividades nas quais as mulheres foram sendo inseridas, progressivamente, tornaram-se desprestigiadas no sentido salarial e social. O trabalho efetuado por elas era árduo, exercido em ambientes sujos e com pouca ventilação, nos quais enfrentavam jornadas extensas que iam de 11, 12 horas diárias, chegando até 14 horas, muitas vezes sem descanso semanal¹².

Em uma reclamação ao jornal *Gazeta Operaria*, um trabalhador relatou o tempo diário de serviço na Fábrica Aliança, assim afirmou: “os operários da fábrica de tecidos Aliança, nas Laranjeiras, trabalham 12 e mais horas por dia, são mal remunerados como em todas as outras fábricas de tecidos...”¹³.

A convivência cotidiana entre homens e mulheres fazia com que estas fossem, frequentemente, assediadas por patrões e funcionários superiores. Mesmo que a presença

7 PERROT, *op. cit.*, p.248-252.

8 PERROT, *op. cit.*, p.253.

9 BASSANEZI, Maria Sílvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p.178.

10 MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. “Espaço feminino no mercado produtivo” In: PINSKY & PEDRO, *op. cit.*, p.128.

11 PERROT, *op. cit.*, p.258.

12 MATOS & BORELLI. “Espaço feminino no mercado produtivo” In: PINSKY & PEDRO, (Orgs), *op. cit.*, p.128.

13 GAZETA OPERARIA. 19/10/1902, p. 1.

feminina nesses ambientes fosse no papel de trabalhadora, a mulher era comumente retratada de forma “sexualizada”, descrita por seus atributos físicos através das vozes masculinas, mesmo que estivesse em situação de defesa dos seus direitos. A seguir, apresento um trecho da descrição feita por um operário acerca de uma briga entre um mestre e uma operária e a, consequente, expulsão desta da Fábrica Anhaia, em São Paulo, publicada na *Gazeta Operária* em 23/11/1902:

A operaria foi posta quase a ponta-pés para fora da fabrica.

Causou indignação geral em todos os operários, a forma brutal porque foi posta no *olho da rua*, a *flôr de primeira grandeza que era uma das principais petalas daquele bouquet de trabalhadores*.

Rapariga de 18 annos, alta, musculatura desenvolvida, corpulenta: seios abundantes e altivos, especie de duas balas de canhões, unidas, estendidas em linha horizontal, tendo nas extremidades duas gottas de sangue ou dous cravos vermelhos, olhos grandes, rasgados, cadeiras largas, carnudas, sombrancelhas bastas, intelligente e graciosa.

Verdadeiro **typo** **de** **mulher** **revolucionaria.**
Por uma mulher dessa faz-se revolução. [...]

Mostraram-m a por entre as filas dos operarios.

Parecia mais uma rainha que uma operaria. Emma, chama-se ella. A Emma é a rainha das selvas: ella, da Fabrica. **Quando a vi não nego a minha fraqueza de macho, velho, moreno do norte, tive tremeliques desde a ponta das unhas dos pés até a ponta dos cabelos da cabeça.**

Fiz como fazem os padres publicos e voluptuosos, quando vêm estrelas de primeira grandeza, essas venus do bello sexo que elles chamam *serpentes da tentação*, **abri os dedos das mãos e cobri os olhos da cara; porem, por entre o arredondado, mirando-a sempre.**¹⁴ (grifos meus)

Após a expulsão brutal dessa funcionária e somada às precárias condições em que viviam os operários dessa fábrica, estes se uniram e entraram em greve. Mas a questão a ser destacada nesse trecho relatado por um operário que assistiu ao incidente é que ao passo em que este descreveu o ocorrido com o intuito de defender a operária agredida, ressaltou os atributos físicos da jovem e expôs as sensações que sentiu ao estar em sua presença. Ou seja, mesmo que este operário tivesse o intuito de narrar a violência sofrida pela trabalhadora e a forma desumana como foi demitida, o que mais se evidenciou em seu discurso foi a erotização na sua descrição do “verdadeiro typo de mulher revolucionária”. Em nenhum momento a operária Emma foi apresentada pelo trabalho executado na fábrica ou pela possível luta exercida no movimento operário, as características que chegaram ao conhecimento do público por meio do jornal foram as descrições corporais da operária agredida.

Margareth Rago aborda que a inserção feminina nas profissões liberais ainda era demasiado restrita nas primeiras décadas do século XX, e, sobretudo na imprensa, sendo assim, construímos uma imagem de figura feminina através da imprensa, majoritariamente masculina, e dos médicos higienistas, responsáveis pela definição dos códigos normativos de conduta. Nesse sentido, Rago salienta que “lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual”¹⁵. A autora ainda expõe que a mulher operária recebia múltiplas interpretações acerca de sua postura e comportamento: “frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e ‘indesejáveis’ para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e ‘degeneradas’ para os médicos e juristas...”¹⁶ Podemos observar nesse trecho diversas visões a respeito da figura feminina, compreendemos então que essas percepções

14 GAZETA OPERARIA. 16/11/1902, p.1.

15 RAGO, Margareth. “Trabalho feminino e sexualidade” In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2007. p.579.

16 *Idem*.

costumavam estar ligadas a características supostamente femininas, como, passividade e desinteresse para a luta política¹⁷, além de uma preocupação com a preservação de sua honra.

Em outras ocasiões percebe-se que, ao se sentirem ameaçados com a presença das mulheres ocupando postos de trabalhos “masculinos”, os articulistas dos jornais operários, em nome dos trabalhadores ressaltavam a “fragilidade” e “debilidade física” como características supostamente naturais das mulheres, que prejudicariam a execução do trabalho. Vejamos um trecho do jornal *A Voz do Trabalhador* de 1º de julho de 1908 que abordou a desaprovação de alguns homens em relação ao trabalho fabril feminino:

Não se trabalha como homens, trabalha-se como bestas de carga, sem *descanço*, mal alojados e mal alimentados, pois ate nisto são roubados, são *esplorados* miseravelmente. Verdadeiros presidios, de lá nada transpira. Ninguém cá fora sabe que pouco a pouco **a gerencia das fabricas de tecidos vai substituindo os homens por mulheres**. Iguamente se ignora que além de ser esse trabalho fatigante e aniquilador para **a constituição debil da mulher**, é retribuido com um salario irrisorio, inferior ao do homem. Ha mais, creanças de 8 a 14 anos, as dezenas trabalham sem *descanço*, desde os alvôres da manhã ate que o crepúsculo se anuncia estopatas a mil perigos que a infancia justifica.¹⁸ (grifos meus)

Nesse trecho, identifico que alguns os operários julgavam que o trabalho fabril já era desgastante e exaustivo para eles, quanto mais para as mulheres consideradas mais débeis fisicamente. Como consequência da leitura desse artigo publicado em um jornal operário já no final da primeira década do século XX, concordo com o que defendem Maria Izilda Matos e Andrea Borelli de que mesmo na imprensa operária, que se definia como protetora do operariado, construíam-se imagens de trabalhadoras retratadas como pessoas “frágeis e indefesas”, “passivas” e “carentes de consciência política”¹⁹.

Apesar dos artigos e notícias terem sido escritos, majoritariamente, por homens, foi possível observar abertura de espaços para estímulos e apoio às reivindicações femininas e às lutas propostas por elas na imprensa operária. Destaco o artigo a seguir assinado por uma operária chamada Elvira de Vilela Carvalho, incentivando as mulheres a ingressarem em associações operárias:

Companheiras, dia a dia se torna mais urgente a organização de uma Associação para tratar dos nossos interesses.

Companheiras, vamos pôr de parte essa vergonha, esse acanhamento que nos domina e sigamos de mãos dadas a imitar os nossos companheiros; vamos abrir esse caminho que ainda não foi aberto para nos, porque se ha duas ou *tres* que querem imitar (a esse bravos lutadores que já se acham em meio de uma estrada que para *elles* foi, ao principio de espinhos, espinhos esses que por meio de sacrificios tornam-se flores) a maior parte não se move pela falta de propaganda da parte *daquelles* que julgam que a mulher é um *objecto* de luxo, ou que a mulher só serve para criar os filhos e os serviços domésticos; [x] somos as mais escravizadas e humilhadas pelos homens e pelos *industriales* que exploram vergonhosamente o trabalho da mulher!

Companheiras, fui convidada pelo nosso companheiro Silva Neves, muito digno associado da Liga dos Artistas Alfaiates, para conferenciar com algumas companheiras mais, afim de ser organizada uma associação operária feminina, e faço votos para que nesse dia marcado não faltem não só as que querem *organizal-a*, como também *aquellas* que perderam o seu precioso tempo em lerem estas linhas, feitas a ultima hora.

Companheiras, a união faz a força!²⁰

Com o seguinte texto da operária Elvira Vilela, podemos perceber que uma parcela

17 *Idem*.

18 A VOZ DO TRABALHADOR. 01/07/1908, p.2.

19 MATOS & BORELLI. “Espaço feminino no mercado produtivo” In: PINSKY & PEDRO, *op. cit.*, p.128.

20 BRAZIL OPERARIO. 1ª quinzena de agosto de 1903, p.4.

das trabalhadoras sentia a necessidade de criar associações exclusivamente femininas para que fossem discutidas pautas próprias do sexo e para que as mulheres se sentissem mais à vontade para apresentar suas queixas e expor suas experiências. Assim, a operária procurou estimular e reunir as trabalhadoras que se interessassem para que unidas pudessem alcançar conquistas para demandas que só elas mesmas poderiam conhecer.

Também é digno de destaque no texto da operária o fato das mulheres se sentirem excluídas da luta ao lado dos homens, possivelmente, por julgarem ser controladas e sem liberdade para agir em ambientes políticos com liderança masculina, ou ainda se sentirem por eles humilhadas por defenderem que esses não eram espaços para mulheres e que assim como argumentam Matos e Borelli, os homens as consideravam sem consciência política²¹.

Além disso, é muito recorrente na fala masculina em relação às trabalhadoras fabris a combinação de argumentos como longas horas de trabalho na companhia de homens e as investidas contra a honra feminina (gracejos e até abuso sexual). É frequente nas fontes encontrar o quanto alguns patrões e funcionários intermediários (mestres, contramestres e chefes de seção) se aproveitavam de sua vantagem na hierarquia fabril para abusar dessas trabalhadoras e essa preocupação estava muito presente em discursos masculinos nos jornais operários. Destaco a seguir dois trechos:

O trabalho feminino é muito mal pago: as horas de trabalho são muitas: além disso, não raras vezes, esses *burguezes miseráveis* que lhes usufruem o trabalho, ainda a seduzem para *arrastal-as* a prostituição²².

Temos portanto ainda indeterminadas não só todas as questões que se travam entre o capital e o trabalho, como também sujeitos a exploração dos patrões, que *d'ella* abusam em proveito *proprio*, mulheres e crianças²³.

Podemos perceber nesses dois fragmentos que os autores das notícias trataram da questão da exploração do trabalho feminino, as longas horas e a baixa remuneração, mas também dos abusos sexuais sofridos por algumas trabalhadoras (o segundo trecho ainda aborda abuso infantil). Noto, sobretudo, no primeiro trecho uma preocupação com a moral feminina, num período em que a honra das mulheres estava diretamente ligada à moralidade da família²⁴. Sendo assim, uma mulher que fosse vítima da exploração sexual de seus superiores poderia passar a ser vista como desonrada e, possivelmente, “arrastada à prostituição”, por não ser mais considerada moça de família.

O Caso da Companhia de Fiação e Tecidos Aliança

A Companhia de Fiação e Tecidos Aliança foi inaugurada em 1880, no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Seus proprietários eram os portugueses José Augusto Laranja, Joaquim Carvalho de Oliveira e Silva e o inglês Henrique Whittaker. Este último, retirou-se da sociedade dois anos depois²⁵. A Rua General Glicério manteve por muito tempo seu nome de Rua

21 MATOS & BORELLI. “Espaço feminino no mercado produtivo” In: PINSKY & PEDRO, *op. cit.*, p.128.

22 GAZETA OPERARIA. 14/12/1902, p.2.

23 *Ibidem*.

24 Ver o livro: ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

25 “Laranjeiras e Cosme Velho”. Disponível em: <http://www.bairrodaslaranjeiras.com.br/principal/historia3.shtml> Acesso em: 18 de Nov. de 2014.

Aliança, devido à importância que a fábrica teve para o bairro e também para o país. De acordo com Brasil Gerson, esta foi a maior fábrica de tecidos do Brasil no final do século XIX e já contava com mais de mil operários no seu quadro de funcionários²⁶. Em 1905, manteve-se entre as principais do país e aumentara sua força de trabalho para 1.637 trabalhadores e trabalhadoras²⁷.

A fábrica Aliança era um complexo fabril: além de ser um empreendimento de grande porte com diversos prédios, também possuía vila operária, escola noturna, farmácia, consultório médico, casa de pasto, botequim, etc. A fábrica contava ainda com uma banda de música formada por funcionários que chegou a tocar em vários eventos da cidade²⁸.

Segundo consta em reportagem do jornal *O Paiz*, as casas da vila operária da Fábrica Aliança foram construídas, uma parte em 1888 e outra em 1893, sem auxílio governamental. Ofereciam residência a mais de 800 pessoas em 144 casas de quatro a cinco cômodos²⁹.

A estratégia patronal de fixação da força de trabalho ao redor da unidade produtiva pretendia permitir que os industriais controlassem a economia interna do operariado e o tempo gasto na esfera privada, delimitando até mesmo seus momentos de lazer. Ainda, seriam controladas as redes de sociabilidade desses trabalhadores e trabalhadoras, visto que o acesso à vila era totalmente controlado e restrito aos residentes³⁰, como veremos em reclamações publicadas na imprensa posteriormente.

Vanessa Matos afirma que já que não havia uma legislação que abrangesse a classe operária e protegesse os direitos desses trabalhadores, as relações sociais de trabalho eram pautadas em “pactuações” firmadas entre patrões e empregados. Devido à ausência de lei específica, os operários e as operárias podiam ser demitidos a qualquer hora por motivo que o patrão achasse justo, e, muitas vezes, até sem receber indenização por acidentes de trabalho³¹. Portanto, os trabalhadores e trabalhadoras reivindicavam melhores condições de trabalho sem uma legislação que os amparasse e com risco de demissão e perda do local de moradia. Destaco um caso em que essa questão abordada por Matos se fez presente:

Ha mysterios de difficil interpretação. Está nesse numero o que se passa com o operario Joaquim Correa, que trabalha na Fabrica Cruzeiro ha mais de tres annos, occupando uma das casinhas da fabrica, e que acaba, agora, de ser despejado, não se sabe por que motivo! Pois que, si elle está doente, tem duas filhas que trabalham na Fabrica Cruzeiro, e cujos salários dão completamente para pagar os alugueis do commodo em que acham installados³². (grifos meus)

Segundo consta na notícia, o operário Joaquim Correa havia sido despejado de sua casa na vila operária da Fábrica Cruzeiro sem um motivo aparente, mesmo mantendo o aluguel em dia com os salários das filhas que também trabalhavam no estabelecimento. Percebemos então que sem uma legislação, as conquistas dos operários eram frágeis, sendo o despejo uma forma de punição.

Trabalho e Vida na Fábrica Aliança da Primeira Década do Século XX

26 GERSON, Brasil. *Histórias das Ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Editora. 5ª Edição, 2000. p.275.

27 WEID & BASTOS, *op cit*, p.129.

28 O PAIZ. 16/11/1908, p.2.

29 O PAIZ. 13/05/1906, p.9.

30 RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.178-181.

31 MATOS, Vanessa Cristina Santos. “Do lar à fábrica: mecanismos de pressão social, disciplina e controle moral na Primeira República (1892/1919)” – Salvador/Bahia, *Revista Travessias*, vol. 2, Nº 3, 2008. p. 2.

32 CORREIO DA MANHÃ. 21/05/1909, p.5.

Nesta etapa da argumentação procurarei apreender um pouco da vivência dos trabalhadores e das trabalhadoras da Companhia de Fiação e Tecidos Aliança tanto no espaço público, na experiência do trabalho fabril, quanto na esfera privada, em suas casas nas vilas operárias e em seus momentos de lazer no interior desse complexo industrial. Adentrarei ainda na conflitante relação entre patrões e empregados, mas também na complexa relação entre funcionários intermediários (mestres, contramestres e chefes de seção) e os subalternos na constituição fabril (operários e operárias).

Contudo, para compreendermos essa etapa da pesquisa será relevante atentarmos para a importância das noções de *masculinidade*³³ na definição das hierarquias dentro do trabalho fabril têxtil. Nesse sentido, buscarei destacar como as operárias dialogaram com essa lógica e como se utilizaram em benefício próprio dessas noções. Também apresenta-se como minha preocupação abordar as formas de controle do trabalho utilizadas pelo industrial Oliveira e Silva.

Vanessa Cristina Santos Matos aponta que a imagem paternalista presente no sistema fabril e na vila operária, implantada pelos industriais, numa dimensão ideológica, objetivava mesclar a autoridade dos patrões com a do pai, com o intuito de assegurar a integração do operário à esfera do trabalho, trazendo a imagem da família, como uma extensão do lar, para dentro da fábrica, procurando abafar os conflitos existentes na relação capital/trabalho, “legitimando e restringindo os papéis sociais entre os ‘sexos’, nos limites das esferas de produção (público) e reprodução (privado).”³⁴

Francisca Nogueira complementa que a relação patrão e empregado se baseava em gratidão e obediência e que a hierarquia mantida na fábrica facilitava a imposição da disciplina e da ordem. A hierarquização fabril se apresentava da seguinte forma: no topo, o dono da fábrica, figura com a qual os trabalhadores, geralmente, não tinham contato constante. Logo a seguir, os gerentes, numa posição intermediária, filtravam as queixas coletivas e resolviam maiores problemas. No papel de subordinação aos gerentes, os mestres, contramestres e chefes de seção, que estabeleciam contato direto com os operários, tinham como responsabilidade zelar pela disciplina geral³⁵. Destaco que a diferenciação de funções configurava uma nítida hierarquia e expunha a importância e o poder atrelado aos cargos.

Na análise das fontes, consegui perceber que um dos diretores (e também um dos donos) da Fábrica Aliança, o senhor Joaquim Carvalho de Oliveira e Silva administrava o empreendimento de forma muito rígida. Segundo as denúncias publicadas no jornal *Gazeta Operaria* em 1902 a respeito das longas jornadas de trabalho e de que esses trabalhadores eram impedidos de se afiliarem a associações operárias, o diretor se envolveu em um processo de “disputa de verdades” com a folha. Esse processo teve início com a elaboração de um abaixo-assinado “voluntariamente” apoiado pelos operários contra as denúncias do jornal. O periódico, em contrapartida, publicou que os trabalhadores estariam sendo forçados pelos mestres a assinar o abaixo-assinado e os analfabetos não sabiam nem o que estavam assinando. Ao notar que a gazeta ganhava força entre os operários, Oliveira e Silva propôs que os vendedores não comercializassem mais o periódico dentro do complexo fabril, o que não foi acatado pelos comerciantes. Em virtude desse conflito, a folha teve tantas vendas, que se esgotou nas Laranjeiras. A partir daí, os mandos e desmandos de

33 Para a compreensão dessas “noções de masculinidades” nos baseamos no artigo: POPINIGIS, Fabiane; SCHETTINI, Cristiana. “Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano”, *Revista ArtCultura*, v. 11, nº 19, jul.-dez., 2009.

34 MATOS, *op cit*, p.8.

35 AZEVEDO, *op. cit*, p.22.

Oliveira e Silva não pararam mais de estampar semanalmente as páginas da *Gazeta Operaria*.

Além disso, a falta de privacidade era motivo de reclamação dos trabalhadores que residiam nas vilas operárias. Só poderiam receber visitas de pessoas estranhas com a autorização prévia de um responsável da fábrica³⁶. Era também um fator de insatisfação o controle exercido no lazer nos dias de folga. Segundo relataram em uma carta enviada a *Gazeta Operaria*, quando bebiam um pouco a mais, o vendedor João Joaquim da Costa (que parecia ter “costas quentes” com os patrões da fábrica) agredia-os, expulsava-os a “ponta-pés” e ameaçava levar o ocorrido ao conhecimento dos patrões para que fossem demitidos³⁷. Podemos perceber que os operários viviam sob controle não só no espaço e tempo do trabalho, mas também em seus momentos de lazer no complexo fabril.

De acordo com as denúncias apresentadas na *Gazeta Operaria*, os trabalhadores e trabalhadoras recebiam mensalmente, portanto se alimentavam na casa de pastos da fábrica e pegavam o que precisavam no armazém para pagar depois. Nesses locais, pagavam mais caro pela alimentação e pelos produtos, e ficavam constantemente endividados. Uma outra reclamação em relação aos produtos fazia referência ao monopólio. A fábrica oferecia um carvoeiro que fornecia carvão no complexo industrial. Mas, para manter o controle do comércio do produto no local, o morador que quisesse comprar carvão de fora, deveria carregá-lo, não podendo se aproveitar dos serviços de outro carvoeiro. Percebo nesses casos outras formas de controle da vida privada relacionadas à facilidade no pagamento de alimentos adquiridos nos estabelecimentos da fábrica e ao monopólio da venda de determinados produtos.

Segundo consta nas fontes, alguns funcionários intermediários supervisionavam para que os trabalhadores não comprassem fora o que era vendido dentro do espaço da fábrica³⁸. Os operários alegavam que, muitas vezes, determinados produtos vendidos nessas vendas não eram de tão boa qualidade e até mais caros do que os de fora, contudo, a facilidade de poder pagar depois e as formas de controle limitavam os trabalhadores a consumir o que era vendido dentro do complexo industrial.

Continuamos a receber serias reclamações dos operários que residem nos barracões desta fabrica, e pagam alugueis *pesadíssimos*, e nem ao menos atem o direito de comprar carvão *fora* do carvoeiro privilegiado da casa, que, como se sabe, é um compadre do Sr. Oliveira e Silva. Os operarios queixam-se desta *infamia*, com justa razão, porém, o Sr. Silva não pode deixar de servir o seu compadre e amigo, *permitindo* que os operarios não comprem o ruim carvão desse privilegiado, que é alem de tudo muito mais caro que o de *fora*³⁹.

Nesse trecho, observo que os operários se utilizavam da reclamação acerca do monopólio da venda do carvão para discutir o controle da vida privada. Os operários residentes na vila da fábrica pagavam altos aluguéis, mas não tinham autonomia para comprar produtos de sua preferência fora do local. Ou seja, apesar de pagarem por suas moradias, o fato destas se localizarem no complexo fabril fazia com que o controle penetrasse a esfera particular.

Margareth Rago defende que os operários serem induzidos a gastar seus baixos salários nos estabelecimentos da própria fábrica significava, sem dúvida, um aumento nos lucros do industrial. No entanto, a autora acredita que não era este o principal intuito do monopólio comercial. Para ela, a limitação das lojas e das alternativas de produtos impossibilitava que os operários desenvolvessem hábitos de

36 GAZETA OPERARIA. 02/11/1902, p.1.

37 GAZETA OPERARIA. 09/11/1902, p.2.

38 GAZETA OPERARIA. 10/12/1902, p.3.

39 GAZETA OPERARIA. 01/02/1903, p.3.

consumo, estimulando o trabalhador a levar uma vida mais regrada e econômica⁴⁰.

Era questionado ainda o fato das brigas que, porventura, os operários se envolvessem fora da fábrica serem punidas com a expulsão do trabalhador. Podemos analisar um caso em que um operário e o filho de um mestre geral da sala de teares se envolveram em uma briga fora da fábrica:

Eis o *facto*, narrado singelamente: O mestre geral da sala de teares, Pedro Alves Villarouça, tem um filho de 19 *annos*, pouco mais ou menos, dado ao vício da embriaguez e que, quando nesse estado, é um *factor* de desordens, mas que mesmo assim, é um *menino* estimado pelos patrões.

Pois bem, esse *menino* no dia 3 por um motivo frívolo com o qual nada tinha que ver, por ser fora da fábrica e entre operários, provocou e *agredio* o pobre operário João Machado, auxiliado pela polícia de cacete que o Sr. Oliveira e Silva mantém em casa, para castigar os operários rebeldes.

Esse operário foi, no dia seguinte posto na rua e o menino agressor com os capangas do *tyrano* Silva lá ficou, porém, nós aqui estamos para ao menos, denunciar perante o público, essas crueldades, lamentando que a imprensa grande sobre o *facto* guarda-se em criminoso silêncio⁴¹.

Apesar de ambos possuírem vínculos empregatícios com a Fábrica Aliança, apenas o operário que não era “estimado pelos patrões” e protegido pelo pai, que tinha um cargo de influência, foi demitido. Podemos apreender que a imposição de modelos hierárquicos ultrapassava os limites dos muros da Companhia Aliança e atingia os operários no espaço público das ruas. Percebo então que o filho do mestre da sala de teares aproveitou-se do cargo privilegiado de seu pai e da possível simpatia dos patrões para agredir o operário João Machado e ainda conseguir sua demissão. Como mais uma demonstração de delimitação de poder hierárquico, o jovem ainda contou com a atuação da “polícia de cacete”, instituição da Aliança para aplicar coerções aos operários, no incidente.

A *Gazeta Operaria* acompanhou o decorrer do processo aberto contra o filho do mestre Villarouça por tentativa de assassinato do operário João Machado Espírito Santo, mas publicou duas semanas depois que o caso foi “abafado” por um contramestre da fábrica chamado Fonseca.

Sidney Chalhoub argumenta que devido à maior hierarquização do trabalho, a distância entre os patrões e os empregados mais subalternos aumentava, “criando uma camada intermediária de funcionários privilegiados que não é bem vista pelos funcionários inferiores”⁴². De acordo com o autor, o aumento na hierarquia de comando enfraquecia, de certa forma, a aplicabilidade da dominação paternalista, proporcionando assim conflitos entre os empregados inferiores e os funcionários intermediários que defendiam, por via de regra, os interesses dos patrões⁴³.

No caso seguinte um operário denunciava através do periódico um abuso de poder exercido por um mestre da fábrica:

Um operário dessa fabrica veio nos pedir que *recomendassemos* ao sr. Oliveira e Silva, caso ele lesse a *Gazeta*, que agradeça ao sr. Machado da Silva *occupar* trabalhadores da fabrica em carregar água para si nas horas de trabalho da fabrica, e trabalhar na sua horta⁴⁴.

40 RAGO, *op. cit.*, p.182.

41 GAZETA OPERARIA. 09/11/1902, p.2.

42 CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª Edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. p.125.

43 *Ibidem*.

44 GAZETA OPERARIA. 16/11/1902, p.1.

Nesse fragmento, vemos uma possível tentativa de criar um atrito entre o administrador da fábrica e um de seus mestres. O denunciante faz uso de ironia para acusar o mestre Machado da Silva de estar desviando os operários do trabalho para carregar água para si (período de falta d'água na Aliança) e por direcioná-los ao cultivo de sua horta. Ou seja, em determinados casos o abuso de poder chegava ao ponto dos mestres deixarem de defender os interesses dos patrões (inerente a seus cargos) em benefício próprio.

Como mencionado também era frequente na Aliança casos de agressões de mestres, contramestres e chefes de seção a operários. Alguns trabalhadores afirmavam que esses funcionários chegavam a ser mais intolerantes e exigentes que o diretor Oliveira e Silva, conhecido por ser muito rígido. Registravam-se como os mais agressivos os mestres Goy (mais conhecido como Coió⁴⁵), Villarouca e Machado. De acordo com os trabalhadores, esses mestres apresentavam tais comportamentos para serem agradáveis ao diretor e conseguirem benefícios.

Como casos mais frequentes de abuso de poder encontrados nas fontes, aponto a coerção agressiva em virtude de desempenho ineficiente do trabalho, violência como forma de contenção de um protesto ou reivindicação e com o intuito de “defender a honra de operárias”. Neste último caso atentaremos para as noções de masculinidades envolvidas nessas disputas, assim como, para o papel crucial que as mulheres exerciam nas relações de poder e nas hierarquias entre os homens⁴⁶.

Para tentarmos visualizar um caso de agressão em decorrência de trabalho mal executado, destaco o seguinte trecho:

Acabamos de ter conhecimento que um *machinista* dessa fabrica infernal, um tal capitão Almeida, um defensor extremado do seu *miseravel* patrão, um inimigo infame dos operários e que gosa por isso de todo poderio, por um qualquer protesto fútil gosta de sovar os operários e dar-lhes bofetadas.

Em dia da semana passada a sua *victima* foi um pobre velho de 68 *annos* de idade e de nome Patricio, que trabalhava com as bombas dos condensadores. Por não funcionarem bem *aquellas* bombas foi o velho Patricio *agredido* a bofetadas pelo tal *machinista*, e como reagisse, vieram todos os [*inspectores*] e o esbordoaram miseravelmente. Antes de *agredido* foi despedido o pobre velho. Foi assim, esbordoado, ferido, sem trabalho e sem pão.⁴⁷

Torna-se possível salientar diversos aspectos nesse trecho. Primeiro, trata-se de um caso de agressão a um homem de idade avançada e, possivelmente, incapaz de revidar; segundo, o capitão Almeida não o agrediu sozinho, os inspetores também participaram do processo de punição violenta ao operário; terceiro, o funcionário não foi só agredido como também demitido; e, finalmente, sofreu a agressão após já ter sido punido com a demissão.

Noto pois, que, ao que parece, a violência nas fábricas de tecidos ia além de exageros de uns superiores mais agressivos, representava uma ação legitimada e necessária para o bom funcionamento do trabalho. Como se os operários agredidos, demitidos e até mandados para as prisões servissem de exemplo para que os demais se encaixassem no processo de disciplinarização do espaço do trabalho e na vida operária como um todo.

Além da agressividade, o mestre “Coió” também era conhecido por seu jeito “galanteador” com as operárias (origem do apelido). Vejamos uma

45 “Designativo do namorado ridículo; indivíduo tolo”. In: *Dicionário Ilustrado Somar I*. Rio de Janeiro, Editora Somar, p.354.

46 POPINIGIS & SCHETTINI, *op cit*, p.67.

47 GAZETA OPERARIA. 21/12/1902, p.2.

reclamação publicada na *Gazeta Operaria* acerca do comportamento do tal mestre:

O sr. Oliveira e Silva mantem, na denominada fabrica nova, um mestre, o Alberto Goy, que é conhecido por Alberto “Coió”, e um contra-mestre Godoberto Silva, que são uns d. Juan que não respeitam as familias dos operários, e não poucas vezes tem se dado factos que, repetidos constantemente, vão creando uma atmospheria de ódios dos operários contra elles e que pode dar um resultado mão⁴⁸.

Como defende Boris Fausto, os casos que envolviam assédios de funcionários intermediários das fábricas tinham traços específicos e encontravam-se em posição ambígua. Se por um lado, sentiam atração pelas operárias, reforçada pelo poder que exerciam sobre elas; por outro, ao ceder a esses impulsos rompiam os laços de lealdade para com os patrões e o compromisso inerente a seus cargos, de garantir a ordem da produção⁴⁹.

Martha de Abreu Esteves defende que, nesse período, a moralidade da família estava diretamente atrelada à honra das mulheres⁵⁰. Nesse sentido, é possível compreender a preocupação e a revolta dos operários com a aproximação de mestres e contramestres em relação às trabalhadoras da fábrica, que podiam ser suas esposas, filhas, irmãs ou ter outro tipo de parentesco. Nesse fragmento da notícia, os operários denunciantes além de estarem expondo a má conduta no trabalho desses funcionários intermediários, também estavam defendendo a honra dessas operárias que eram assediadas, além de estarem zelando pela moralidade familiar.

A seguir, ainda relacionado ao assunto, apresento duas ocorrências de abusos de poder. Só que esses casos envolveram um mestre e um chefe de oficina que procuraram “defender a honra” de operárias, um deles sendo, o já conhecido, mestre “Coió”. Em ambos os casos os trabalhadores acusados além de agredidos foram punidos com severas penas. Analisemos:

Chega ao nosso conhecimento que o mestre *Coió*, o conhecido d. Juan da Aliança, tem exercido uma série de vinganças contra os operarios de sua repartição, afim de ser *agradavel* a uma mulher. Entres essas victimas, segundo nos consta, conta-se um operario de nome Salvador Santos que pelo simples *facto* de pedir a essa mulher certa quantia que *ella* lhe devia foi pelo mestre Coió posto na rua⁵¹.

Num dos últimos dias do *mez* p.p., foi, pelo respectivo chefe de *officina*, esbofeteado barbaramente o operário Sergio, encontrado a dirigir gracejos a uma das operarias que trabalha na fabrica Aliança.

Sergiotentou reagir, mas pelo chefe de *machinassr*. Almeida foi chamada a policia, sendo preso o operário e detido no xadrez 24 horas. Este *facto* foi presenciado pelos companheiros da vitima sem que um só protesto levantasse entre eles.⁵²

Como primeira análise, saliento que ambos os casos apresentaram-se como defesa de operárias por parte de funcionários superiores contra empregados subalternos. Torna-se ainda indispensável abordar que esses casos representaram disputas de masculinidades no espaço do trabalho, além de que se apresentaram como formas de demonstrar influência de poder com o, possível, intuito de cortejar as trabalhadoras.

No primeiro trecho, o mestre *Coió*, conhecido como “D. Juan” utilizou-se de seu cargo

48 GAZETA OPERARIA. 16/11/1902, p.1.

49 FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p.244.

50 ESTEVES, *op cit*, 1989.

51 GAZETA OPERARIA. 01/02/1903, p.3.

52 A VOZ DO TRABALHADOR. 15/08/1908, p.2.

privilegiado para demitir um trabalhador que cobrara uma dívida à operária sob sua proteção. Segundo publicado, Salvador Santos não faltou com respeito à trabalhadora, mas foi demitido por ter colocado em condição de ameaça uma operária defendida por um mestre influente. Verifico, nesse caso, que o mestre fez uso do seu cargo para delimitar sua superioridade em relação ao operário, mas também para resguardar a trabalhadora cobrada da dívida. Já esta, acabou por se tornar a maior beneficiada pelo enfrentamento entre os dois homens. Além de fazer pública sua proteção por um mestre da fábrica, ainda se isentou de pagar o que devia ao operário. A vitória da operária, neste caso, representou a demissão de Salvador Santos, que perdeu o emprego por colocar em situação de ameaça uma mulher favorecida nesse ambiente.

No segundo caso, o operário Sergio foi brutalmente agredido e levado para o xadrez por ter sido encontrado dirigindo gracejos a uma operária. Contudo, em decorrente da aproximação entre homens e mulheres nas fábricas e pelas extensivas horas juntos, as trabalhadoras eram comumente expostas a cortejos por parte dos operários e, sobretudo, de seus superiores. Nesse sentido, observamos mais um caso de disputas de masculinidades e imposição de poder hierárquico. Sergio e o senhor Almeida, se envolveram em uma briga porque disputavam um interesse comum (a operária). Entretanto, o chefe de máquinas utilizou-se de seu cargo de influência pra sair vitorioso do conflito com o operário. A atitude do senhor Almeida foi além de uma tentativa de defender a honra da operária cortejada, representou uma forma de afastar os outros homens da sua trabalhadora protegida e expor que embora partilhassem o interesse pela moça, a diferenciação hierárquica foi crucial para que o chefe de máquinas obtivesse êxito na divergência.

Podemos compreender que essas operárias que se utilizavam desses mecanismos de proteção se tornavam, nesses ambientes hierarquizados de trabalho, funcionárias favorecidas. Destaco esta prática como um meio de obter benefícios em um espaço de exploração feminina e em que os superiores gozavam de privilégios e exerciam poder sobre os inferiores.

Contudo, um dos maiores desrespeitos praticados contra os operários na fábrica de tecidos Aliança era a manutenção de uma organização denominada “polícia de cacete” que tinha como objetivo castigar os operários revoltosos e os que não estivessem executando bem o trabalho. O diretor dessa fábrica, não satisfeito em mandar prender trabalhadores que se revoltavam contra as péssimas condições de trabalho, ainda instaurou uma polícia para impor a ordem.

A *Gazeta Operária* publicou denúncias de maus tratos aos operários adultos e também a crianças por parte dessa instituição. Entretanto, destacarei um trecho em que a folha procurou incitar a opinião pública para que a justiça fosse feita e a polícia de cacete pudesse ser abolida:

*Tinhamos feito mesmo pretexto de deixar algum tempo de nos occupar de todas as violencias e extorsões que soffrem os operários que tem a infelicidade de trabalhar na Aliança, mas a policia de cacete, essa não podemos deixar em silencio, e havemos continuar, a trazer ao conhecimento publico e levaremos ao conhecimento do Sr. Dr. chefe de policia e dos juizes que não podem nem devem consentir que um industrial qualquer, no anno de 1902, na capital da Republica, que tem uma Constituição, talvez a mais liberal que se conhece, se tolere uma fabrica que *mantem*, como se podessem fazer justiça por suas mãos, essa instituição *sui generis* denominada policia de cacete. E se apelarmos para a justiça cremos que não será em vão, pois não podemos *compreender* como é que uma fabrica, dentro da Capital, onde existem todas as autoridades do *paiz*, fabrica que infelizmente é dirigida por um jesuita, um inimigo das instituições, um inimigo da Republica e de suas autoridades, pois que não os respeita, conserva uma corporação armada de cacete para praticar *violencias* contra os que trabalham, tal qual se fazia antes de 13 de Maio nas fazendas, com os *escravizados*.⁵³*

Com a seguinte denúncia a folha tinha o intuito de que chegasse ao conhecimento do chefe de polícia e dos juizes da Capital (se é que eles já não conheciam) a existência da polícia de cacete implantada na Fábrica Aliança. Percebo que o autor da notícia divulgou a informação com muita indignação e procurou chamar a atenção das autoridades do Rio de Janeiro para uma instituição que “fazia justiça com as próprias mãos” (conforme a citação) contra os trabalhadores da fábrica mencionada. O jornalista chegou a comparar a condição do operário fabril (da Aliança) com os escravizados do século XIX, no sentido de que ambos apanhavam caso o trabalho não fosse bem feito ou se não se enquadrassem às regras de disciplinarização.

Tanto esse como casos destacados anteriormente nos fazem ter a impressão que a violência física fazia parte do ambiente de trabalho na Companhia de Fiação e Tecidos Aliança, como uma forma de disciplinar, mas também como um meio de demonstrar poder.

Poucas fontes foram encontradas acerca da polícia de cacete, dos jornais analisados apenas a *Gazeta Operaria* abordou a questão. Contudo, gostaria de elucidar que a chamada “polícia de cacete” criada para “manter a ordem” na Fábrica Aliança tratava-se de um grupo armado de cacete que punia de forma violenta os operários que não se enquadrassem às regras; nem as crianças eram poupadas⁵⁴.

Considerações Finais

Torna-se possível compreender então que as mulheres trabalhadoras se encontravam em uma posição complexa acerca de sua condição no ambiente fabril. Aceitavam salários mais baixos para poder contribuir com a renda familiar, mas sua atitude de convivência com essa condição representava uma concorrência com os homens e, alguns, destes achavam que o trabalho feminino desvalorizava sua mão-de-obra. Percebemos que a figura feminina na indústria se deparava com diversas instâncias de exploração, sofria a opressão masculina dentro da própria classe (ou dos próprios companheiros), a exploração do capital e os abusos de patrões e funcionários intermediários.

No entanto, observamos na pesquisa que as mulheres não ficaram passivas no papel de subordinação imposto pelos homens e nem na exploração industrial. Observamos nas fontes que as operárias se impuseram nas fábricas, incentivaram outras trabalhadoras para a criação de associações femininas, criaram estratégias de beneficiamento, etc. Verifico ainda que independente de serem humilhadas nesses espaços de trabalho e se sentirem oprimidas na luta operária ao lado dos homens, algumas trabalhadoras procuraram se impor, lutar por seus direitos e superar essa exclusão da luta política. Além do mais, como mostrou Sidney Chalhoub, as mulheres das classes populares valorizavam o trabalho porque, além de proporcionar sua subsistência, também possibilitava maior autonomia (financeira) em relação aos homens e permitia uma relativa independência na escolha de seus parceiros e na manutenção ou não de uma relação⁵⁵.

O trabalho nas fábricas de tecidos da primeira década do século XX era árduo, exaustivo e não poupava ninguém, fossem homens, mulheres, crianças e idosos. Observamos que o cotidiano da Companhia de Fiação e Tecidos Aliança não fugiu a essa regra. Compreendo que por trás da fábrica que chegou a ser a maior do Brasil no segmento têxtil no final do século XIX, abrigavam-se longas horas de trabalho, baixa remuneração do trabalho feminino e infantil,

54 GAZETA OPERARIA. 14/12/1902, p.2.

55 CHALHOUB, *op. cit.*, p.210.

diferentes formas de abusos de poder de funcionários privilegiados e a bárbara polícia de cacete.

Entretanto, o controle não se fazia presente apenas no espaço e tempo do trabalho na fábrica, os trabalhadores e trabalhadoras que residiam na vila operária e passavam seus momentos de lazer no complexo fabril sentiam os mecanismos de controle social se expandir até à esfera privada de suas vidas. Por morarem dentro do complexo industrial da Aliança, os(as) trabalhadores(as) tinham sua autonomia controlada e eram supervisionados nos espaços de lazer como as vendas e botequins.

Todavia, entendo que o operariado encontrou na imprensa operária uma forma de levar ao conhecimento público as explorações ocorridas nas fábricas e as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos. Constatado, a partir da análise desses jornais, que as operárias se utilizaram pouco desse meio de comunicação, suas demandas e inquietações eram apresentadas, muitas vezes, pelas vozes masculinas. As possíveis causas para tal ocorrência podem ter sido o fato de que uma grande parcela das trabalhadoras fabris era analfabeta e o operariado se correspondia com os redatores dos jornais, principalmente, por meio de carta. Ainda é possível conjecturar que por ser a imprensa operária um ambiente muito masculino, as mulheres não se sentissem a vontade para aproximação. Contudo, as que fizeram uso desse meio procuraram tornar este um veículo para estimular as trabalhadoras à formação de associações operárias femininas.

Apresentava-se como uma forte preocupação da imprensa operária que os trabalhadores se filiassem a associações de classe, mesmo que tivessem que enfrentar a oposição do diretor da Aliança, o senhor Oliveira e Silva, que proibia que os operários de sua fábrica fizessem parte dessas agremiações. De acordo com os redatores desses jornais, era a partir da união do operariado em associações que estes adquiririam consciência de classe e reuniriam forças para lutar contra as opressões do capital.

Podemos observar que se o operariado sofria a exploração do trabalho industrial, esta assumia contornos particulares para os operários e para as operárias. Atento para o fato de que os trabalhadores estavam mais relacionados a conflitos dentro da fábrica envolvendo disputas por poder e hierarquia, pautados por relações de masculinidade. Já as operárias buscaram outras formas de resistência à exploração, pois não estavam tão integradas ao movimento operário quanto os homens, em decorrência do espaço público, da política, ser considerado como espaço masculino, em oposição ao espaço doméstico, visto como o lugar natural da mulher que não precisava trabalhar para complementar a renda da família.